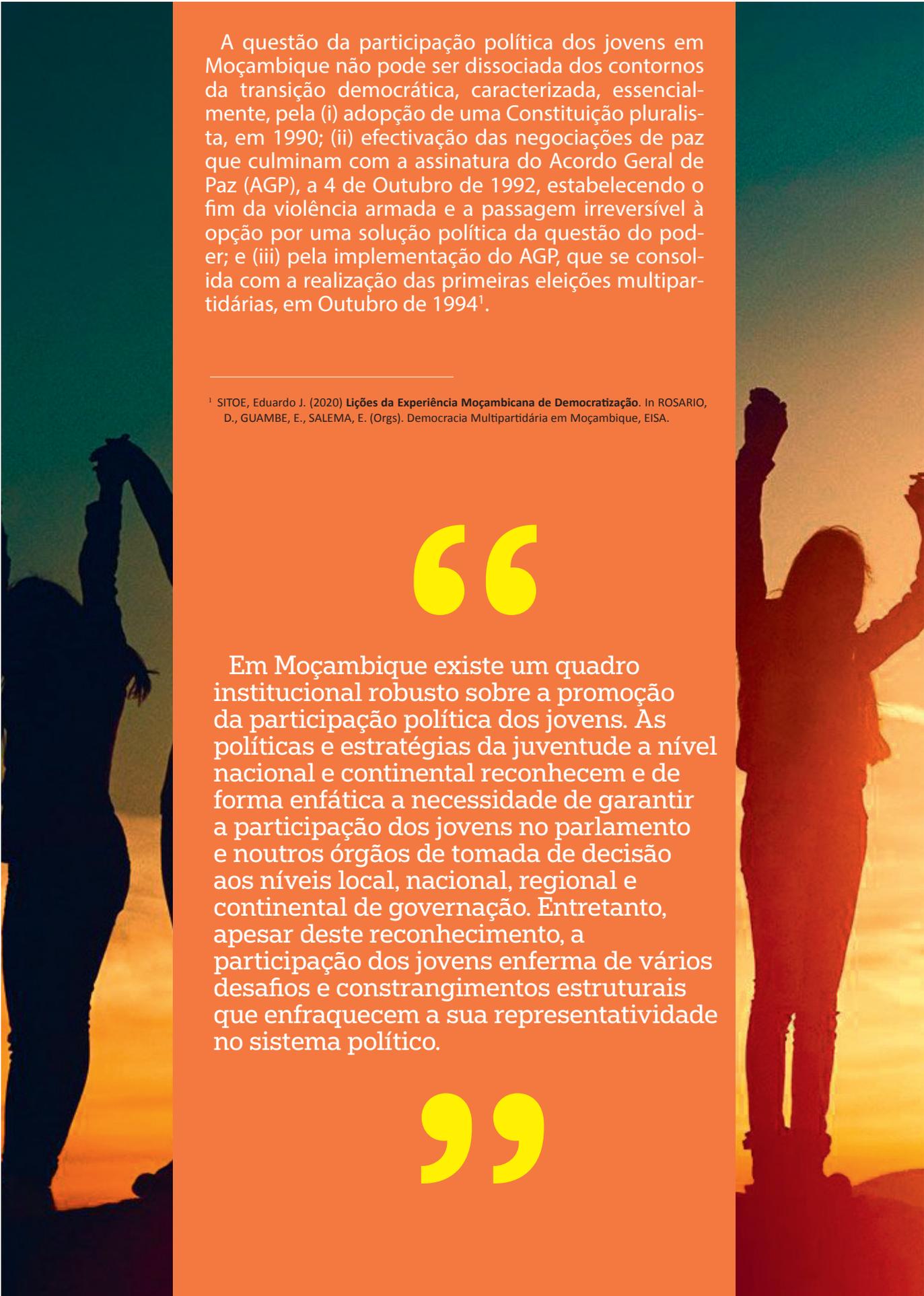


## Participação política da juventude num contexto de fechamento democrático e na era das redes sociais

- Em Moçambique existe um quadro institucional robusto sobre a promoção da participação política dos jovens. As políticas e estratégias da juventude a nível nacional e continental reconhecem e de forma enfática a necessidade de garantir a participação dos jovens no parlamento e noutros órgãos de tomada de decisão aos níveis local, nacional, regional e continental de governação. Entretanto, apesar deste reconhecimento, a participação dos jovens enfrenta de vários desafios e constrangimentos estruturais que enfraquecem a sua representatividade no sistema político.



The background of the page features a vertical orange band with white text. On either side of this band are vertical panels showing silhouettes of people celebrating with their arms raised against a sunset sky. The overall color palette is warm, dominated by oranges, yellows, and greens.

A questão da participação política dos jovens em Moçambique não pode ser dissociada dos contornos da transição democrática, caracterizada, essencialmente, pela (i) adopção de uma Constituição pluralista, em 1990; (ii) efectivação das negociações de paz que culminam com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), a 4 de Outubro de 1992, estabelecendo o fim da violência armada e a passagem irreversível à opção por uma solução política da questão do poder; e (iii) pela implementação do AGP, que se consolida com a realização das primeiras eleições multipartidárias, em Outubro de 1994<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> SITO, Eduardo J. (2020) *Lições da Experiência Moçambicana de Democratização*. In ROSARIO, D., GUAMBE, E., SALEMA, E. (Orgs). *Democracia Multipartidária em Moçambique*, EISA.

“

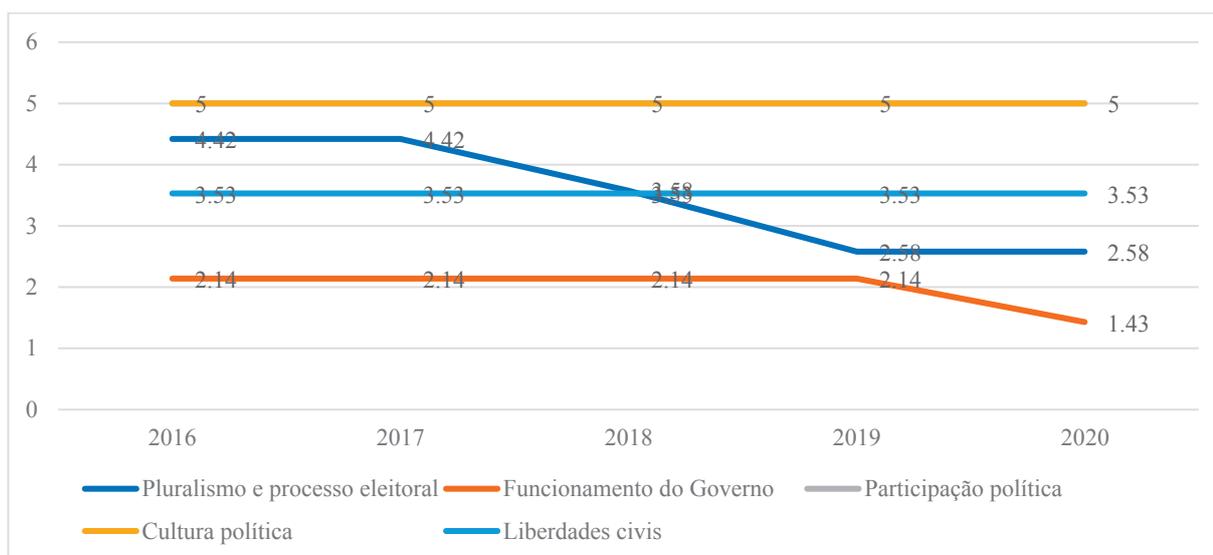
Em Moçambique existe um quadro institucional robusto sobre a promoção da participação política dos jovens. As políticas e estratégias da juventude a nível nacional e continental reconhecem e de forma enfática a necessidade de garantir a participação dos jovens no parlamento e noutros órgãos de tomada de decisão aos níveis local, nacional, regional e continental de governação. Entretanto, apesar deste reconhecimento, a participação dos jovens enferma de vários desafios e constrangimentos estruturais que enfraquecem a sua representatividade no sistema político.

”

Depois das eleições fundadoras de 1994, Moçambique tem realizado eleições regularmente, uma tendência não muito comum em alguns países africanos que experimentaram conflitos armados depois da conquista da independência. No entanto, contrariamente ao que seria expectável, a cada eleição o clima político não demonstra tendência para a consolidação do processo democrático. As instituições de gestão das eleições (Comissão Nacional de Eleições – CNE e Secretariado Técnico de Administração Eleitoral – STAE) são recorrentemente referidas como contribuindo para a insatisfação e não transparência do processo. Assim, no lugar de uma democracia eleitoral que contribua para a instauração e manutenção da paz, as eleições têm sido, na história da jovem democracia moçambicana, um momento de activação de clivagens entre os actores políticos<sup>2</sup>. Por estas e outras razões, algumas posições são firmes na análise do processo moçambicano ao defend-

er de forma categórica que “o que a experiência moçambicana de democratização nos ensina (...) é que depois de uma transição democrática bem-sucedida e celebrada com júbilo, dentro e fora das fronteiras nacionais, aconteceu um desvio no rumo da consolidação democrática, tendo, nesse processo, a democratização sido substituída por uma nova condição política”<sup>3</sup>.

Um breve olhar sobre o Índice de Democracia (ID) evidencia que o desempenho de Moçambique não tem melhorado, havendo, contrariamente, uma tendência de deterioração. O ID fornece uma visão sobre a qualidade da democracia em 167 países e territórios, tendo como base cinco categorias, nomeadamente o processo eleitoral e pluralismo; funcionamento do governo; participação política; cultura política e liberdades civis. Vista numa perspectiva comparativa, nota-se que essa tendência tem sido crescente, sobretudo nos últimos anos.



Elaborado com base nos ID (2016 – 2020)

Conforme se pode notar, em geral, o país tem tido uma pontuação baixa em quase todos indicadores, sendo os mais críticos o funcionamento do governo, processo eleitoral e pluralismo e liberdades civis. Em 2020, Moçambique situava-se na posição 122, com a classificação de regime autoritário.

Estas tendências podem ser vistas como factores que limitam a capacidade de intervenção

política da juventude. Embora não existam dados desagregados sobre a participação dos jovens nas eleições, várias missões de observação eleitoral sugerem uma baixa participação dos jovens nas eleições de 2014 e 2019. Portanto, cresce cada vez mais a rejeição e o desencanto dos jovens em relação aos processos políticos e eleitorais convencionais. Entretanto, este fenómeno não deve ser entendido como apatia

<sup>2</sup> <https://www.misa.org.mz/index.php/publicacoes/relatorios/eleicoes-2019/96-relatorio-de-monitoria-da-cobertura-dos-media-das-eleicoes-gerais-de-2019-em-mocambique/file>

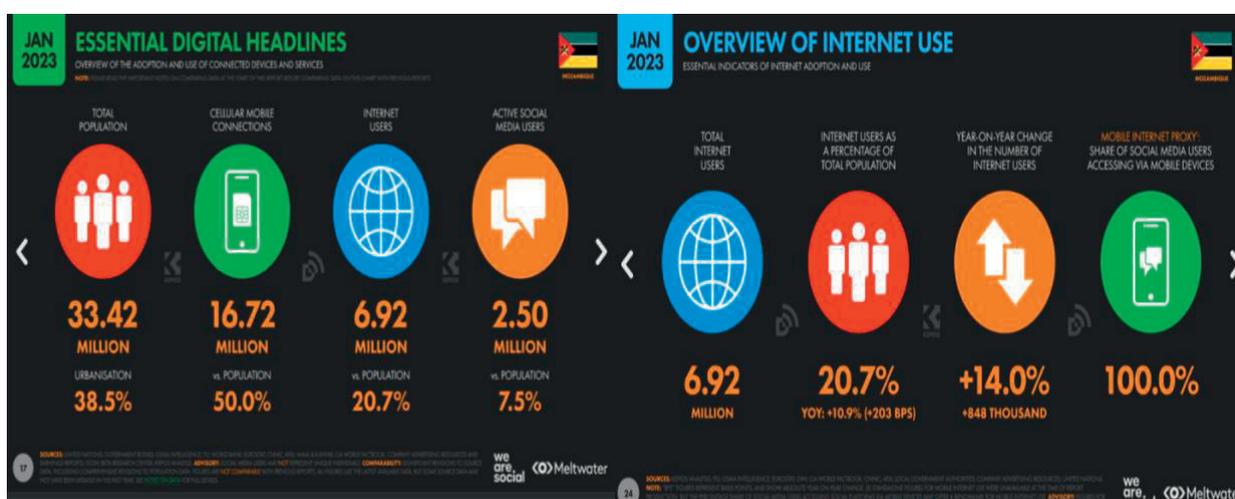
<sup>3</sup> SITO (2020), *Ibidem*.

dos jovens, mas sim cepticismo em relação à capacidade do Estado de contribuir significativamente para a melhoria das suas vidas<sup>4</sup>.

Se por um lado verifica-se uma crescente desconfiança nos métodos tradicionais de participação política baseados no voto, por outro lado começam a surgir novas formas de participação política, com destaque para as redes sociais. É nas redes sociais que os jovens encontram um espaço fértil para o exercício de sua cidadania, uma vez que o modelo por meio do voto e da representação política está em crise<sup>5</sup>. Apesar da avalanche de conexão juvenil, mesmo sem resposta prática por parte de quem deve tomar decisões (conectados desamparados), as redes sociais configuram novos espaços e oportuni-

dades de participação política<sup>6</sup>.

Obviamente, tendo em conta a exclusão digital, reflectido sobretudo nos baixos níveis de acesso às tecnologias de informação e comunicação, a influência das redes sociais deve ser relativizada. Dados indicam que até Janeiro de 2023, a população total de Moçambique era de cerca de 33,42 milhões, dos quais 6,92 milhões eram usuários de Internet, quando o nível de acesso à Internet era de 20,7 por cento. Dos 6,92 milhões de usuários de Internet, 2,5 milhões usavam as redes sociais, o que equivale a 7,5% da população total. Ainda no início de 2023, um total de 16,72 milhões de conexões móveis (telemóveis) estavam activas em Moçambique, um número equivalente a 50% da população total<sup>7</sup>.



Fonte: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-mozambique>

## Obstáculos à participação política dos jovens

O estudo de base sobre a participação e engajamento da juventude em processos políticos em Moçambique identifica os factores relevantes que influenciam negativamente na participação política dos jovens. São destacados a corrupção no governo, falta de transparência, baixo nível de resposta do governo às preocupações dos jo-

vens, discriminação política no acesso às oportunidades políticas e económicas, baixo nível de reposta às expectativas dos jovens, falta de credibilidade dos políticos, e falta de confiança das lideranças políticas em relação aos jovens<sup>8</sup>.

Em termos gerais, os obstáculos à participação política dos jovens podem ocorrer em diferentes

<sup>4</sup> HOWANA, Alcinda (2020). **Que política e política para quem? Juventude e Engajamento político em Moçambique.**

In ROSARIO, D., GUAMBE, E., SALEMA, E. (Orgs). Democracia Multipartidária em Moçambique, EISA.

<sup>5</sup> TSANDZANA, Dércio (2018). Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos conectados desamparados. Vol.4. Comunicação e Sociedade.

<sup>6</sup> TSANDZANA, Dércio (2021). **Jovens e 'participação política 2.0' em Moçambique: propostas para discussão.** Diálogos de Governança, UEM.

<sup>7</sup> <https://datareportal.com/reports/digital-2023-mozambique>

<sup>8</sup> EISA (2021). ESTUDO DE BASE SOBRE A PARTICIPAÇÃO E ENGAJAMENTO DA JUVENTUDE EM PROCESSOS POLÍTICOS EM MOÇAMBIQUE.

níveis e em diferentes áreas, incluindo estruturais e organizacionais. No nível estrutural, são identificados factores como:

- Os requisitos de idade para votar ou concorrer a um cargo - a primeira barreira para a participação dos jovens é o requisito de idade mínima para votar nas eleições (18 anos na maioria dos países), o que exclui os cidadãos mais jovens.
- A idade mínima de elegibilidade para concorrer a um cargo, que geralmente é maior do que a idade para votar.
- Falta de apoio político e financeiro aos candidatos jovens - o financiamento político torna ainda mais difícil para os jovens iniciarem uma carreira política. Os partidos não dão apoio financeiro aos candidatos jovens nas mesmas proporções que dá aos candidatos mais velhos, deixando os primeiros em desvantagem.
- Tradições sociais e culturais - na maioria das sociedades, a política tem sido um domínio de cidadãos mais velhos, muitas vezes do sexo masculino e ricos, uma situação que resulta na exclusão sistemática dos jovens dos debates políticos e da tomada de decisões e contribui para a sub-representação dos jovens.

No nível organizacional, no qual é preciso enfatizar o papel dos órgãos de gestão eleitoral e as políticas partidárias, podem ser identificados os seguintes obstáculos à participação dos jovens:

- Dados limitados sobre a participação política dos jovens - a coleta de dados é es-

sencial para entender as complexidades da exclusão política dos jovens e desenvolver estratégias abrangentes para os jovens e intervenções direccionadas para promover a participação dos jovens durante todo o ciclo eleitoral. Muitos órgãos de gestão eleitoral não têm dados quantitativos e qualitativos sobre a participação eleitoral dos jovens.

- Falta de políticas de juventude adequadas para os órgãos de gestão eleitoral – geralmente não existem padrões de representação dos jovens nos órgãos de gestão eleitoral, e estes são agrupadas com outros grupos sub-representados. Consequentemente, os órgãos de gestão eleitoral não apresentam o perfil adequado das suas iniciativas voltadas para os jovens. As iniciativas dos jovens nos órgãos de gestão eleitoral estão principalmente ligadas a iniciativas de sensibilização, que são fortalecidas e apoiadas quando as eleições se aproximam, mas são abandonadas ou ignoradas logo após a realização das eleições. Programas de engajamento de jovens não são vistos como prioritários.
- Política partidária - os partidos políticos são os guardiões dos cargos de eleição e decidem quem será colocado nas suas listas de candidatos e em qual cargo. Os processos de nomeação dos partidos políticos nem sempre favoreceram os candidatos jovens, pois eles são frequentemente colocados em posições baixas nas listas de candidatos, com possibilidades muito limitadas de serem eleitos<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> <https://aceproject.org/ace-en/topics/yt/yt10/yt220/obstacles-at-the-organizational-level>



stock colors by Getty Images

### INFORMAÇÃO EDITORIAL

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** CDD  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

